



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 195/2022
Uberlândia, 01 de dezembro de 2022.

PARECER TÉCNICO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (LAS)			
PROCESSO SLA: 4107/2022		Nº DO PARECER VINCULADO AO SEI: 57102120	
SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento			
EMPREENDEDOR: FERNANDA MORIAS MENDES		CPF/CNPJ: 064.296.946-18	
EMPREENDIMENTO: FAZENDA ÁGUA LIMPA - MAT. N.º 33.241		CPF/CNPJ: -----	
MUNICÍPIO: UBERLÂNDIA -MG		ZONA: ZONA RURAL	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT/Y: -19° 10' 38,229"		LONG/X: - 48° 18' 48,497"	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">FATOR LOCACIONAL IGUAL A ZERO (0)			
CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017)	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-2-2-1	AVICULTURA DE CORTE COM 217.140 CABEÇAS	03	0
G-2-7-0	CRIAÇÃO DE BOVINOS, BUBALINOS, EQUINOS, MUARES, OVINOS E CAPRINOS, EM REGIME EXTENSIVO EM UMA ÁREA DE PASTAGEM DE 48,62 HECTARES	NP	0
G-1-3-1	CULTURAS ANUAIS, SEMIPERENES E PERENES, SILVICULTURA E CULTIVOS AGROSSILVIPASTORIS COM ÁREA ÚTIL DE 1,75 HECTARES.	NP	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
Letícia Barbaresco Vitorino		CREA-MG: 19010/D- MG	MG 20221581514



Documento assinado eletronicamente por **Amilton Alves Filho, Servidor(a) Público(a)**, em 01/12/2022, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57102120** e o código CRC **0D89F7BE**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) SLA n.º 4107/2022

1.0 Introdução

A empreendedora Fernanda Morais Mendes, Fazenda Água Limpa (matrícula n.º 33.241), localizada no município de Uberlândia-MG, pretende implantar a atividade de avicultura de corte com um total de 217.140 cabeças. No local, já são desenvolvidas as atividades de criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo em uma área de 48,62 hectares de pastagem e o cultivo de culturas anuais, perenes, semiperenes e perenes, silvicultura, exceto horticultura em uma área útil de 1,75 hectares. O empreendimento em questão possui fator locacional igual a zero (o).

No dia 08/11/2022, a consultoria contratada pela empreendedora formalizou na SUPRAM TM, o processo de licença ambiental para as atividades desenvolvidas no imóvel. Pela DN 217/2017, as atividades desenvolvidas no local são passíveis de licenciamento ambiental simplificado. Assim, o empreendedor apresentou o RAS (Relatório Ambiental Simplificado), com todas as informações necessárias para a análise do licenciamento simplificado. A atividade de maior impacto ambiental e a avicultura de corte (classe 03), as demais atividades existentes no local não são passíveis de licenciamento ambiental.

De acordo com o RAS apresentado o imóvel possui uma área total de 81,6592 hectares. No local existe área construída de 1,7 hectares e possui 02 (duas) famílias residentes. Para a implantação da avicultura está previsto o aumento de 1,0 hectare de infraestrutura.

O empreendimento possui área de reserva legal averbada à margem da inscrição imobiliária com área de 16,39 hectares (AV-2-33.241). Além disso, o empreendedor apresentou o CAR (Cadastro Ambiental Rural) n.º MG 3170206-2D83F4C3BA0342DD9940BD753FF30B2E com um indicativo de área de reserva legal de 16,39 hectares. O referido imóvel está com o status de “Aguardando análise” na base do SICAR, sendo de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF).



Figura 01 - Limites da propriedade rural. Fonte: SLA, 2022.

No empreendimento será implantado 1 (um) modal de frango, que possui 3 galpões, com capacidade de alojamento para 217.140 aves (Frango de Corte). As aves chegam para o alojamento com peso médio de 40 g e idade de 1 dia, permanecendo por um período de aproximadamente 42 dias e saem para o abate com peso aproximado de 2,500 kg. As visitas aos aviários são proibidas, somente podem ser realizadas com permissão da empresa integradora BRF S.A.

A BRF S/A fornecerá os insumos necessários, tais como rações, vacinas, medicamentos e materiais de desinfecção sanitária. Além disso, a empresa responsabiliza por prestar assistência técnica, comunicar-lhe as recomendações técnicas de manejo, envio de produtos veterinários, bem como as prescrições que se fizerem necessárias. Todos os insumos e produtos utilizados na atividade da avicultura serão provenientes da BRF S.A. O transporte de ração da fábrica à propriedade é feito em caminhão graneleiro. Ao chegar ao empreendimento a ração é transferida para silos verticais situado próximo dos galpões. (Fonte: RAS, 2022).

A empreendedora possui um rebanho de aproximadamente 100 cabeças em uma área de pastagem de aproximadamente 48,62 hectares (gado de corte e leite). Os animais são criados no sistema extensivo. Esse sistema caracteriza-se pelos animais terem livre acesso à área de pastagem da propriedade. A aquisição dos animais ocorre através de leilões e de outros empreendedores, e a comercialização é feita em grande parte para frigoríficos da região. É fornecido aos animais sal



mineral no período das águas e sal proteinado no período da seca. A mineralização é feita em cochos espalhados pelos pastos. A dessedentação animal é feita em bebedouros. Os resíduos orgânicos provenientes da bovinocultura (fezes, urina e saliva) são deixados pelos animais na própria pastagem (Fonte: RAS, 2022).

No local são cultivados cerca de 1,75 hectares de cana-de-açúcar que servem de forrageira para os bovinos.

Os processos erosivos inerentes a atividade agrícola são controlados mediante o uso de práticas agrícolas, tais como: terraços, plantios em nível e adoção de bolsões de infiltração.

A empreendedora apresentou Autorização para Intervenção Ambiental (n.º do documento 2100.01.0031015/2022-05) para o corte de 64 árvores isoladas.

2.0 Principais impactos ambientais apontados no RAS (Relatório Ambiental Simplificado) e medidas mitigadoras

2.1 Sanitário

São gerados cerca de 18,0 m³/mês de efluentes sanitários. De acordo com as informações aprestadas os efluentes serão destinados para fossas sépticas que serão instaladas. Assim, será condicionado a empreendedora a instalação das fossas sépticas.

2.2 Resíduos sólidos

Os resíduos sólidos gerados no empreendimento serão segregados e destinados corretamente, conforme informado no RAS (Relatório Ambiental Simplificado). Os animais mortos (aves) no processo produtivo serão destinados para composteiras. Após, o processo de estabilização serão utilizados com fertilizantes orgânicos nas áreas de cultivo agrícola e pastagem ou comercializados com terceiros. A cama de frango (aproximadamente 39,8 toneladas/mês) serão utilizados com adubo orgânico na propriedade ou comercializado com terceiros.

3.0 Pontos de captação de água

No local existem 02 (duas) certidões de uso de volume insignificante (certidões n.ºs 339102/2022 e 339106/2022), regularizadas junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.



4.0 Conclusão

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o **deferimento** da concessão da Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento/empreendedora: Fazenda Água Lima (Mat.n.º 33.241) / FERNANDA MORAIS MENDES, pelo prazo **de 10 anos**.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados posteriormente aos autos do processo. Não foi realizada vistoria no local, sendo o empreendedor e seu(s) consultor(es) único(s) responsável(eis) pelas informações apresentadas e reproduzidas neste parecer.



ANEXO I

CONDICIONANTES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A comprovação do cumprimento das condicionantes do empreendimento deverá ser apresentada por meio de peticionamento intercorrente no processo **SEI nº 1370.01.0056570/2022-45**

CONDICIONANTES GERAIS

CONDICIONANTE Nº: 1

Descrição da Condicionante:

Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando a instalação da fossa séptica, conforme informado no Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Orientações/Recomendações:

Anexar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Até 180 dias após a data de publicação da licença ambiental

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Entrega Única

PRAZO PARA PROTOCOLO: Não se aplica

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO

CONDICIONANTE Nº: 2

Descrição da Condicionante:

Executar Programa de Automonitoramento da Qualidade do Solos, para áreas cultiváveis submetidas à aplicação de fertilizantes orgânico, conforme diretrizes especificadas nesse Parecer. Deverão ser controlados os seguintes parâmetros:

- pH
- K (Potássio)
- Al (Alumínio)
- Na (Sódio)
- Cu (Cobre)
- Zn (Zinco)
- Ca (Cálcio),
- Mg (Magnésio)
- S (Enxofre)



- CTC efetiva
- CTC potencial
- P (Fósforo)
- C (Carbono)
- Saturação por Bases
- Saturação por Alumínio
- Matéria Orgânica
- Textura do Solo (somente no primeiro ano de operação do empreendimento)

O relatório deverá especificar o tipo de amostragem acompanhada da identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ainda conter laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, bem como laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações. As análises deverão ser realizadas conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

Orientações/Recomendações:

1. Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes.
2. A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos.
3. A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pg. 13 -20” (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.
4. A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação tenha ocorrido em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário.

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO: Qualidade do Solo

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Durante a vigência da Licença Ambiental

AFERIÇÃO: Anual

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Anualmente

PRAZO PARA PROTOCOLO: Apresentar até o dia 20 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório

CONDICIONANTE Nº: 3

Descrição da Condicionante:

Apresentar, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

O relatório deve conter as seguintes informações, apresentadas no formato de tabela:



1. Resíduos (Denominação do resíduo; Origem; classe conforme NBR 10.004, ou a que sucedê-la, e Taxa de geração (Kg/mês) de todos os resíduos gerados);
2. Transportador (Razão Social e Endereço Completo do transportador de cada um dos resíduos) e;
3. Destinação Final (Indicar a forma de destinação*; Razão Social, Endereço completo N° processo de licenciamento e validade, dos responsáveis pela destinação de cada um dos resíduos).

***Formas de Destinação:**

- 1 - Reutilização;
- 2 - Reciclagem;
- 3 - Aterro Sanitário;
- 4 - Aterro industrial;
- 5 - Incineração;
- 6 - Co processamento;
- 7 - Aplicação no solo;
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada);
- 9 - Outras (especificar).

Orientações/ Recomendações:

1. Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.
2. Se realizadas doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
3. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos pelo empreendedor, para fins de fiscalização.
4. Observar sobre a facultatividade de apresentar a DMR, emitida via sistema MTR-MG, caso o empreendimento esteja indicado no disposto no artigo 2, inciso II da Deliberação Normativa Copam nº 232, de 27 de fevereiro 2019, considerando os prazos estabelecidos pela própria Deliberação.

PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO / MONITORAMENTO: Resíduos Sólidos

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Durante a vigência da Licença Ambiental

AFERIÇÃO: Outra - De acordo com a operação do empreendimento

FREQUENCIA DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO: Semestralmente

PRAZO PARA PROTOCOLO: Apresentar até o dia 10 do mês subsequente ao término da frequência de apresentação do relatório

Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da



impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa Copam nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.